

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE PEDAGOGIA

GÉSSICA QUEREN MOREIRA

EDUCAÇÃO E CUIDADO DE BEBÊS:

Perspectivas em construção

CHAPECÓ

2025

GÉSSICA QUEREN MOREIRA

EDUCAÇÃO E CUIDADO DE BEBÊS:

Perspectivas em construção

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Andréa Simões Rivero

CHAPECÓ
2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Moreira, Géssica Queren

EDUCAÇÃO E CUIDADO DE BEBÊS: Perspectivas em
construção / Géssica Queren Moreira. -- 2025.
27 f.

Orientadora: Doutora Andréa Simões Rivero

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, Chapecó, SC, 2025.

1. bebês, cuidar e educar, educação infantil,
direitos. I. Rivero, Andréa Simões, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GÉSSICA QUEREN MOREIRA

**EDUCAÇÃO E CUIDADO DE BEBÊS:
PERSPECTIVAS EM CONSTRUÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 04/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANDREA SIMOES RIVERO**
Data: 08/12/2025 11:36:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Andréa Simões Rivero – UFFS
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **ALINE FATIMA LAZAROTTO**
Data: 11/12/2025 09:05:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Aline Fátima Lazarotto – UFFS
Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 **ADILSON DE ANGELO LOPES FRANCISCO**
Data: 08/12/2025 15:14:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Adilson de Ângelo – UDESC
Avaliador

EDUCAÇÃO E CUIDADO DE BEBÊS:

Perspectivas em construção

Géssica Queren Moreira

RESUMO

Este estudo se apresenta como uma análise bibliográfica em torno das questões que envolvem a educação e cuidado de bebês em contextos de educação infantil, mediante a análise de produções teóricas. Tem como objetivo geral analisar pesquisas disponíveis na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, que tratam do cuidado e educação de bebês em instituições de educação infantil, com vistas a conhecer as perspectivas existentes sobre a temática e as suas implicações pedagógicas. Delineamos como objetivos específicos mapear e compreender os conceitos de educação e cuidado e suas bases teóricas, refletir sobre a dimensão do educar e cuidar nas práticas educativas e os seus desafios para a atuação docente com bebês. Essa pesquisa é de cunho bibliográfico e seu recorte temporal abrange o período de 2020 a 2025 e o seu percurso metodológico foi embasado nas cinco fases de leitura propostas por Salvador (1986). Os estudos demarcam que por mais que a legislação e o campo teórico apontem para a superação da dicotomia entre cuidado e educação, as práticas cotidianas ainda revelam as marcas históricas do processo de constituição da educação infantil. As pesquisas analisadas, mostram que as práticas de cuidado e educação são atravessadas por desigualdades históricas, dimensões étnico-raciais, de gênero e de classe, que historicamente marcam e desvalorizam o trabalho docente realizado por mulheres e, principalmente, o trabalho de mulheres negras.

Palavras-chave: bebês; educar e cuidar; educação infantil; direitos.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma pesquisa desenvolvida no âmbito do componente Curricular de Pesquisa II, do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e constitui-se como um importante requisito em nosso percurso formativo. Ao longo da graduação, o contato com diversas perspectivas teóricas e campos de atuação permitiram ampliar a compreensão sobre a complexidade da Pedagogia, e o Trabalho de Conclusão de Curso surge como oportunidade de aprofundamento em uma temática que mobiliza experiências, afetos e reflexões construídas durante nossa caminhada.

Ao refletir sobre como cheguei até aqui, realizei um exercício de sensibilidade e autocuidado, o qual me permitiu perceber e acreditar que estou onde, um dia, já sonhei em estar. Falar e escrever sobre o que me motivou a compreender a dimensão que envolve educar e cuidar¹ bebês, provoca uma mistura de sentimentos e vivências que abarca afetos, respeito e compromisso com as infâncias e as crianças.

A escolha pela docência não foi acaso. Desde a infância, a brincadeira favorita era o faz de conta, onde eu me realizava sendo professora: organizava bonecas e ursos, nomeava cada uma com nomes de colegas, reproduzia falas e gestos das professoras. As professoras que tive nos Anos Iniciais foram referências de afetividade e acolhimento. Essas vivências moldaram em mim o desejo de seguir o caminho da Educação.

Ao ingressar na Universidade Federal da Fronteira Sul, no campus de Chapecó, esse desejo se fortaleceu. A vivência no Estágio de Educação Infantil I, durante o processo de observação participativa, foi uma experiência significativa e reflexiva. Nele compreendi o quanto a dimensão do cuidado deve estar na centralidade de todas as práticas pedagógicas, requerendo por parte da educadora a construção de uma escuta sensível, um olhar atento e uma postura ética.

Esse percurso foi intensificado pela participação no componente curricular optativo "Docência com Bebês²", o único em nossa grade especificamente voltado aos bebês. Foi ali que conheci a abordagem Pikler-Lóczy. Essa perspectiva defende uma educação pautada no

¹ Ao longo do texto utilizarei a expressão "Educar e Cuidar" para me referir ao princípio da indissociabilidade entre o educar e cuidar na educação infantil. Esse é um conceito central e aparece em diversos documentos legais que fundamentam a Educação Infantil no Brasil, entre eles a Política Nacional de Educação Infantil no Brasil (2006); as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil - Resolução CNE/CEB nº 5/2009; os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2018).

² O componente curricular "Docência com Bebês", é ofertado no Curso de Pedagogia da UFFS-campus Chapecó em caráter optativo, foi cursado durante a 8ª fase e ministrado pela minha orientadora, Profª Dra. Andréa Simões Rivero.

respeito à individualidade, à autonomia e à construção de vínculos afetivos seguros entre o adulto e o bebê. A abordagem me levou a ressignificar inquietações antigas e, assim, transformá-las em questões de pesquisa.

O tema desta pesquisa emergiu de minha experiência no Estágio de Educação Infantil I, em uma turma de berçário³, constituída de crianças de quatro meses a dois anos de idade. Entre as múltiplas vivências meu olhar se voltou, de maneira particular, para as relações e interações entre a professora regente, a agente educativa⁴ e as crianças, especialmente durante os momentos de cuidado e atenção a cada uma delas. A observação desses momentos, sobretudo com os bebês, que se expressam de múltiplas e complexas formas, mas ainda não se comunicam por meio da linguagem oral, despertou em mim questionamentos sobre as diferentes linguagens das crianças em suas interações com as educadoras e entre si.

Desde o primeiro momento em que adentrei o berçário, fui imediatamente sensibilizada pelos olhares dos bebês. Não havia palavras, mas sim expressões carregadas de significado: olhares de desconfiança, curiosidade, desinteresse, acolhimento e atenção. Essas expressões não verbais eram, por si só, formas legítimas de comunicação. Foram, também, um convite à observação sensível e reflexiva que o espaço de Educação Infantil proporciona.

Essa experiência me levou, inevitavelmente, a refletir sobre vivências anteriores ao estágio curricular, nas quais observei posturas opostas às orientações curriculares da área. Tais posturas a meu ver eram marcadas pela ausência de vínculo, desatenção às expressões e necessidades das crianças, práticas de cuidado em que havia ausência de afeto e interação e, também, pela hierarquização do cuidado, evidenciada por exemplo na troca de fraldas, destinada somente à agente educativa.

Os bebês têm muito a expressar, mas para nos aproximarmos de suas manifestações e tentarmos compreendê-las, é necessário desenvolver uma escuta atenta e um olhar sensível. Conforme Tristão (2004), “é essencial que as profissionais que trabalham com bebês nas instituições de educação infantil alfabetizem-se nas diferentes linguagens das crianças pequenas, buscando entendê-las e, de certo modo, ouvi-las.” A escuta sensível, envolve reconhecer os gestos, olhares, choros, sorrisos e movimentos como formas legítimas de

³ Berçário, é a denominação utilizada pela Rede Municipal de Ensino de Chapecó para os agrupamentos de crianças de 04 meses a 2 anos. (CHAPECÓ, 2025, p.101).

⁴ Os termos “professora regente” e “agente educativa”, são utilizados na Rede Municipal de Ensino de Chapecó. A professora regente “deve ser formada em Pedagogia e proporcionar situações de aprendizagem e desafio, auxiliando as crianças a ampliar as linguagens que usa para representar e exprimir sua forma de compreender o mundo” (CHAPECÓ, 2019, p. 43). A agente educativa “tem como uma das atribuições auxiliar o professor nas atividades pedagógicas desenvolvidas.”(CHAPECÓ, 2025, p.244) Esses termos serão utilizados neste trabalho somente ao nos referirmos à situações ocorridas no âmbito dessa Rede.

comunicação e expressão dos bebês, demandando da educadora uma postura respeitosa e afetiva.

As experiências nessas realidades, despertaram em mim o desejo de pesquisar como a relação entre cuidado e educação de bebês tem sido compreendida e discutida na produção teórica recente da área da educação infantil. Assim, esta investigação nasceu com o objetivo de analisar produções científicas, disponíveis na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, que abordam o cuidado e educação de bebês no contexto da educação infantil. O intuito é conhecer as perspectivas existentes na área sobre a temática e suas implicações pedagógicas.

Para tal, o estudo visou mapear e compreender os conceitos de educação e cuidado e suas bases teóricas e, por fim, busquei refletir sobre a dimensão do educar e cuidar, considerando as contribuições científicas analisadas e os desafios para a atuação docente.

É necessário destacar pesquisas anteriores dedicadas a realizar levantamentos da produção científica na área de Educação Infantil. Referimo-nos às contribuições de Rocha e Gonçalves (2015), Buss-Simão, Rocha e Gonçalves (2015), Gobatto e Barbosa (2017), Oliveira e Nono (2021), Silva e Neves (2020) e Coutinho e Schmitt (2021).

Esses estudos, em geral, realizaram um mapeamento sobre as produções científicas que tratam da educação de bebês no contexto da educação infantil. As autoras salientam um avanço significativo no número de pesquisas nessa área, no entanto, indicam a necessidade de estudar e pesquisar o processo de educação e cuidado para e com bebês. A fragilidade na compreensão dos bebês como sujeitos ativos, com seus modos próprios de expressão, justifica a urgência de tais estudos. Mais do que uma exigência curricular, trata-se de uma escolha ética e política: investigar para defender uma educação que reconheça os bebês e crianças como sujeitos de direitos, que se comunicam, se expressam e constroem relações e vínculos desde os primeiros meses de vida.

2 APROXIMAÇÕES À TEMÁTICA

As concepções de criança e de infância nem sempre estiveram associadas ao reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e com especificidades próprias. Somente a partir do século XX, com os avanços da ciência, da medicina, bem como da criação de políticas públicas e legislações específicas, a sociedade passou a reconhecer a

infância e as crianças com a devida atenção, entendendo-as como seres humanos dotados de características próprias e direitos específicos (Marcílio, 1998).

Conforme as contribuições de Rosenberg (1984, p.75), o ciclo de expansão da creche constituiu-se a partir da segunda metade da década de 1970, e para que essa emergência ocorresse, a participação dos movimentos de mulheres foi muito importante. Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo nas fábricas - especialmente mulheres da classe trabalhadora oriundas das periferias -, surgiu a necessidade de instituições que acolhessem e atendessem aos seus filhos, o que resultou na criação das instituições de educação infantil, que inicialmente eram vinculadas às indústrias, com a função de assistência, para garantir a permanência dessas mães no trabalho.

Historicamente, a creche era compreendida como assistencialista e a escola como lugar de aprendizagem. Rosenberg (2012, p.17) foi uma das pioneiras a defender que o cuidado e a educação são um direito na Educação Infantil, além de tratar sobre os atravessamentos raciais, de gênero e de classe social na história da educação infantil no Brasil. Para a autora, “Silenciar sobre as especificidades da creche também significa discriminação, pois, além de acolher bebês, no Brasil, a creche não foi pensada para a “produção” de qualquer ser humano, mas a dos(as) filhos(as) recém libertos(as) de mães escravas.” (Rosenberg, 2012, p.17)

Nesse contexto, Guimarães (2011, p.39) salienta que a raiz histórica da creche como uma instituição para atender à classe empobrecida e mães assalariadas “marca até hoje a compreensão de suas funções na vida social brasileira” sendo assim, “[...] parece que ser assistencial relaciona-se com ser para os pobres, algo menos importante e, conseqüentemente, menos valorizado”.

Kuhlmann Jr. (2000, p.7-8), destaca que inicialmente, as instituições voltadas ao atendimento de crianças tinham um caráter assistencialista, voltados sobretudo aos cuidados físicos das crianças das camadas populares, sem intuito pedagógico. Para o autor, as creches surgiram como espaços de proteção e higienização, e os jardins de infância inspirados em Froebel eram destinados às crianças das elites, com objetivos educacionais. Ou seja, crianças menores de 4 anos não tinham visibilidade nas políticas públicas, não tinham direitos e não tinham acesso às práticas pedagógicas. A origem da Educação Infantil no Brasil foi atravessada por desigualdades de classe, raça, gênero e de controle. “A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social.”. (Kuhlmann Jr., 2000, p.8)

Com o fim do regime militar e o processo de redemocratização no país, as eleições retornaram e a expansão da creche passou a ser pauta nos municípios. Rosemberg (1984, p.77) enfatiza que essa conquista faz parte dos movimentos de lutas sociais e sobretudo o movimento das mulheres. Porém, foi um processo lento, onde, apesar de ter sido uma conquista importante, as creches ainda não eram um direito de todos, ainda era direcionada apenas para algumas mães, vinculadas às indústrias. (Rosemberg, 1984, p.78).

Filho (2005, p.2) destaca que “é incontestável que, na última década do século XX, no Brasil, a sociedade brasileira avançou no que diz respeito a assegurar, pelo menos no papel, os direitos das crianças.” Documentos como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 passaram a reconhecer as crianças como sujeitos de direitos.

Foi a partir da LDB, nº 9.394/1996, que a Educação Infantil passou a ser reconhecida como a primeira etapa da educação básica, passando a ter função pedagógica e não mais apenas de cuidado assistencial. (BRASIL, 1996)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil⁵ (DCNEI) de 1999 e de 2009, entre outros documentos, constituem marcos importantes na construção histórica dos direitos da criança no Brasil. Estes documentos orientam e fundamentam as práticas pedagógicas, e atualmente, a principal luta reside na efetiva garantia desses direitos já conquistados.

Outro avanço importante, ocorreu recentemente, com a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), que reafirmam a indissociabilidade entre educar e cuidar, reconhecendo que ambas as dimensões são fundamentais e complementares no processo de desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC⁶, 2017), apesar das controvérsias que a caracterizam, também reafirma esses princípios, ao destacar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças, tendo como eixos norteadores das práticas pedagógicas as interações e brincadeiras.

2.1 A DIMENSÃO DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO DE BEBÊS

⁵ A primeira versão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) foi publicada em 1999. Em 2009, esse documento passou por um processo de revisão e atualização, culminando em uma nova versão que se tornou a normativa vigente.

⁶ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Infantil tem sido amplamente problematizada por diferentes autores da área, como Faria (2012), Kramer (2017), Mainardes (2018), Freitas (2019) e Barbosa e Delgado (2020), os quais convergem na crítica aos processos de padronização curricular e aos impactos limitantes sobre as concepções de infância e de trabalho pedagógico.

No contexto das instituições de Educação Infantil, existem diversos momentos que envolvem o cuidado direto com o corpo do bebê e da criança pequena. Considerando o percurso histórico da Educação Infantil a que nos referimos anteriormente, é recente a compreensão de que o cuidar é inerente ao processo educativo, conforme enfatizam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009, p.2), ao afirmar “A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo.”

Tal entendimento tem um profundo impacto na compreensão de docência, requerendo das profissionais o desenvolvimento de uma escuta atenta e de um olhar sensível que ampliem a percepção sobre a indissociabilidade entre educação e cuidado. Isso implica rever práticas relacionadas ao corpo da criança e às formas como se hierarquizam responsabilidades no cotidiano das instituições, conforme acentuam Souza e Mello (2018):

[...] cuidado e educação não se separam e não podem e nem devem ser realizados por pessoas diferentes. O professor e a professora dos bebês e das crianças pequenininhas são seus parceiros fundamentais tanto no cuidado como na educação. Por isso defendemos que tais atividades devem ser realizadas por profissionais com formação específica para a educação infantil e que não haja separação entre profissionais que educam e que cuidam, uma vez que QUEM CUIDA EDUCA E QUEM EDUCA CUIDA.” (Souza; Mello, 2018, p. 214, destaque das autoras).

A reflexão trazida por Souza e Mello, dialoga diretamente com o que Guimarães (2011) afirma ao problematizar as interpretações restritas de educar e cuidar presentes nas práticas cotidianas. Ao mostrar como essas dimensões foram historicamente separadas e atribuídas à funções distintas, Guimarães (2011) reforça a necessidade de superar tal dicotomia e de redirecionar as ações pedagógicas para uma perspectiva integrada, na qual o cuidado é educativo e a educação é também um modo de cuidar:

A ação de educar é compreendida como instruir e transmitir conhecimentos (ensinar as cores, os nomes dos objetos etc.), numa perspectiva de tutela da ação da criança e de suas compreensões do mundo. Cuidar é considerado como atender às demandas de sono, higiene e alimentação, proteger, ou “tomar conta” da criança, numa intenção disciplinadora. [...] A dissociação dessas duas ações e os limites na abrangência de seus sentidos, provocam uma série de reflexões e estudos, no movimento de redirecionar as práticas, tendo em vista viver nas creches sem dicotomizar cuidado e educação. (Guimarães, 2011, p.37-38)

Falar em educação e cuidado é também reconhecer a importância dos momentos cotidianos denominados rotina, pois é justamente nesses momentos, compostos por ações como alimentação, sono e higiene, denominados por Barbosa (2006) como “rotinas rotineiras”, que se evidencia a necessidade de compreender o cuidado como ato educativo,

fundamental para o desenvolvimento integral de bebês. Esses momentos exigem do educador posturas pautadas no respeito, afeto, escuta sensível, olhar atento e acolhimento. Proporcionar um ambiente afetivo, seguro e acolhedor é parte integrante das práticas pedagógicas que articulam, de forma indissociável, o cuidar e o educar. Nesse sentido, as contribuições da abordagem Pikler Lóczy, nos dão alguns indicativos importantes:

Na instituição de acolhimento – conhecida pelo nome Lóczy – as educadoras falam ao recém-nascido e com a criança pequena, sobretudo nos momentos dos cuidados (troca, alimentação e banho). Nessa situação, é mais fácil que a educadora realize verdadeiramente um diálogo, mesmo com um recém-nascido, em lugar de lhe falar mecanicamente. Desse modo, a criança pode perceber que há momentos durante o dia nos quais a educadora apenas cuida especialmente dela: fala com ela, a escuta, espera a sua resposta e reage a sua resposta. (Hevesi, 2021, p.56-57).

Segundo Hevesi (2021), há elementos no cuidado que evidenciam a participação concreta da criança no cuidado com seu corpo, especialmente quando ela é reconhecida como sujeito ativo, capaz de expressar desejos, preferências e sentimentos. A autora destaca que essa participação se manifesta de diversas formas, como por exemplo: a pedido da educadora, levantar os braços para colocar a manga da camiseta. Incentivar a criança a realizar movimentos por si própria e ter contato visual e verbal durante o cuidado, fazem parte da construção de uma relação ancorada no respeito, autonomia, desenvolvimento da criança e no reconhecimento da criança como um sujeito ativo e de direitos.

Essas práticas reforçam que os atos de cuidar são indissociáveis do educar, pois nesses momentos ocorrem interações e aprendizagens diversas e complexas. Desse modo, situações de cuidado com o corpo, não podem ser concebidos como ações mecânicas, autoritárias e repetitivas, que educam na perspectiva do controle e da submissão em vez pautar-se na atenção e na emancipação dos sujeitos (Goulart, 2000; Kuhlmann Jr, 2000).

Rosemberg (2012, p.21-22), defende que as instituições educativas têm o dever de ofertar às crianças uma educação de qualidade, por isso, é necessário refletir sobre visões, falas e ações adultocêntricas que tratam as crianças como “seres que virão a ser”. Essa é uma dívida histórica e para procurarmos romper com tal visão, precisamos assegurar que bebês e crianças sejam reconhecidas, valorizadas e respeitadas como sujeitos que já são. Nesse sentido Tristão (2004) salienta que o desafio reside em que as educadoras superem a visão adultocêntrica que está impregnada nas práticas pedagógicas, visão essa que as impede de perceber que os bebês já são seres completos, potentes e que se expressam através das diversas linguagens. A autora afirma que:

Conhecendo o bebê e construindo com ele uma relação empática a professora terá condições de perceber a pequena criança, de modo a respeitá-la e interagir com ela como efetivo ser social, e não apenas como um corpo a ser banhado, alimentado ou trocado. Apesar desta percepção apurada em relação a cada um dos bebês, o cotidiano de um grupo de pequeninhos em uma instituição de educação coletiva caracteriza-se por ser composto de momentos cadenciados, tácitos e rotineiros, que são vividos pelas professoras sem uma compreensão dos seus fins e intenções. (Tristão, 2004, p.02)

De acordo com Tardos e Szanto (2021) as crianças são ativas por si próprias e competentes desde o nascimento, ricas de iniciativas e de interesses espontâneos pelo que as rodeia. Os bebês são sujeitos históricos, ativos, potentes e portadores de direitos desde o momento do seu nascimento. É por meio das relações que constroem sua identidade pessoal e afetiva. Ao encontro dessa visão, Guimarães (2011, p.62), em diálogo com as contribuições de Michel Foucault, compreende o cuidado como ética, que se constrói nas relações de cuidado do outro e cuidado de si: “Ocupar-se consigo não é somente preparação para a vida, mas um modo de vida que coloca em questão suas formas estagnadas, em que estamos comodamente instalados.”, exigindo que as práticas de cuidado, sejam objeto de atenção e reflexões constantes.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Após a definição do tema, escolhemos realizar um mapeamento da produção teórica, com a intenção de compreender, refletir e analisar o que e como a dimensão do cuidado com bebês vem sendo estudada e pesquisada recentemente.

Sendo assim, este estudo caracteriza-se como uma investigação de caráter bibliográfico acerca do tema em questão. Conforme afirmam Lima e Miotto (2007):

[...] reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (LIMA E MIOTO, 2007, p.44)

A partir da definição do tema de pesquisa, e em diálogo com minha orientadora, obtivemos a orientação da bibliotecária da UFFS⁷ para a realização do levantamento. Durante

⁷ Orientação realizada pela bibliotecária-documentalista Daniele Rohr, no dia 7 de Abril de 2025, na Biblioteca da UFFS.

o encontro, a bibliotecária ouviu atentamente as informações sobre o contexto e intenções da pesquisa e nos orientou quanto ao uso da Plataforma CAPES⁸ para a busca de produções científicas relevantes. Além disso, ensinou como elaborar os comandos e descritores adequados, possibilitando encontrar trabalhos que fossem ao encontro do tema de pesquisa, sendo assim, optei por realizar a busca dos artigos científicos na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, por ser considerada uma base acadêmica segura e confiável.

Para a localização das produções, foram utilizados os seguintes descritores: educação* AND cuidado* AND bebe* AND ("educação infantil" OR berçário* OR creche*)", o que resultou em 115 trabalhos. Com o objetivo de refinar os resultados e garantir maior relevância e atualidade à pesquisa, foram aplicados os seguintes filtros: *período de publicação entre 2020 e 2025, publicações nacionais e com revisão por pares*. Após a filtragem, obteve-se um total de 30 trabalhos, distribuídos nas seguintes áreas do conhecimento: 21 na área da Educação, 8 na de Psicologia e 1 na de Filosofia.

A delimitação do recorte temporal da pesquisa, considerou o período de abrangência de levantamentos sobre a produção científica da área (Rocha e Gonçalves, 2015; Buss-Simão, Rocha e Gonçalves, 2015; Gobatto e Barbosa, 2016; Oliveira e Nono, 2017, Silva e Neves, 2020; Coutinho e Schmitt, 2021) já realizados, detendo-se no período subsequente aquele delimitado por essas pesquisas.

Segundo Salvador (1986) interpretar um texto significa não apenas compreender o que está escrito, mas avaliar se as informações apresentadas são pertinentes, ou seja, se fazem sentido e servem de subsídio útil para pensar ou resolver um determinado problema. O autor destaca cinco fases de leitura, para cada momento da pesquisa: *Leitura de reconhecimento ou prévia; Leitura exploratória ou pré-leitura; Leitura seletiva; Leitura reflexiva ou crítica e Leitura interpretativa*.

As três primeiras fases de leitura, ocorreram no decorrer do processo de seleção dos artigos na Base de Periódicos da CAPES. Na *leitura prévia* realizei a leitura dos títulos e resumos dos artigos, considerando a relevância desses estudos para a compreensão da educação e do cuidado de bebês no contexto da educação infantil. Na *leitura exploratória*, me dediquei a compreender se os artigos realmente tratavam do que informavam seus títulos e resumos, ou seja, se abordavam em sua centralidade o objeto desta pesquisa. Nessa etapa selecionei 6 artigos para análise, conforme segue no quadro abaixo:

⁸ Endereço de busca: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>

TÍTULO	AUTORES	ANO	INSTITUIÇÃO
Cuidado e educação dos bebês e crianças pequenas: um olhar por dentro da creche	Juliana Guimarães Marcelino Akuri Érika Christina Kohle Marcelo Campos Pereira	2020	UFU
Cuidar-educar na creche: Itinerários pelos trabalhos da Anped, Grupec e BDTD	Letícia de Souza Duque Ana Rosa Costa Picanço Moreira	2020	PUCRS
Docência na creche: contradições e enfrentamentos	Ana Paula Santiago do Nascimento Claudia Meire Rodrigues Dilma Antunes Silva	2021	UERJ
Mulheres, mães, educadoras: notas sobre (im)possibilidades na transmissão do cuidado	Kellen Evaldt Arrozi Andrea Gabriela Ferrari Milena da Rosa Silva	2022	UFSM
O cuidado como direito público: desafios da docência na creche	Daniela Guimarães	2023	UnB
Análise do discurso de documentos oficiais sobre educação de bebês e crianças bem pequenas	Klinger Teodoro Ciríaco Fernando Schlindwein Santino Isabella de Freitas Noronha	2024	UFMS

Fonte: Quadro organizado a partir de seleção dos artigos científicos disponíveis na plataforma on-line da CAPES.

Vale ressaltar que dos 6 artigos selecionados, 5 são de Universidades Públicas Federais, sendo, 2 da região Centro-Oeste, 2 da região Sudeste e uma da região Sul do Brasil.

Após essa seleção, realizei a *leitura seletiva*, na qual elaborei documentos de fichamento, com o objetivo de fazer uma leitura sistemática e criteriosa de cada artigo. Os fichamentos foram organizados contemplando os seguintes aspectos: título do trabalho, autores, ano de publicação e resumo dos aspectos centrais. Em seguida realizei a *leitura reflexiva*, etapa em que procurei identificar contribuições relacionadas aos meus objetivos de pesquisa. Por fim, realizei *leituras interpretativas*, durante as quais procurei construir categorias a partir dos pontos de aproximação ou encontro entre os achados de cada pesquisa, a fim de destacar as contribuições desses trabalhos para a compreensão da dimensão do cuidado na educação de bebês.

4 O QUE DIZEM OS TRABALHOS SOBRE A EDUCAÇÃO E CUIDADO DE BEBÊS EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL?

Os trabalhos analisados apontam explicitamente sobre a indissociabilidade entre educação e cuidado na educação infantil, entendendo o cuidado como prática ética, pedagógica e direito público das crianças desde o seu nascimento. Os artigos mostram que o Projeto Político Pedagógico, a gestão pedagógica e a formação continuada são fundamentais para organizar práticas pedagógicas intencionais e humanizadoras para e com bebês. Esses estudos deixam evidente também desafios relacionados a fatores sócio-históricos, de gênero e étnicos-raciais, que atravessam a docência com bebês. A análise de documentos oficiais apontam reconfigurações na compreensão do cuidado-educação, enquanto os mapeamentos de pesquisas mostram lacunas importantes e a necessidade de ampliar estudos sobre práticas cotidianas e sobre o papel ativo dos bebês.

A leitura dos artigos permitiu refletir sobre o conteúdo dos trabalhos e, assim, iniciar a delimitação de possíveis categorias. Diante disso, abordaremos a seguir duas categorias de análise: *Educação e cuidado em uma perspectiva relacional: ações que asseguram direitos*, e *Educação e cuidado de bebês: marcas de desigualdades históricas, relações de poder e atravessamentos étnicos-raciais e de gênero*. A partir dessas categorias procuro dar visibilidade às contribuições desses trabalhos para pensarmos a educação com bebês e compartilhar algumas reflexões que ampliaram o meu olhar para esse tema.

4.1 EDUCAÇÃO E CUIDADO EM UMA PERSPECTIVA RELACIONAL: AÇÕES QUE ASSEGURAM DIREITOS

A compreensão do cuidado e educação como um ato indissociável vem ganhando espaço nos documentos oficiais e também nas produções científicas. Os estudos de Akuri, Kohle e Pereira (2020), Nascimento, Rodrigues e Silva (2021), Ciríaco, Santino e Noronha (2024) e Guimarães (2023) são produções aqui analisadas que contribuem na ampliação da compreensão da dimensão educar e cuidar. Essas autoras/es destacam que reconhecer o cuidado como uma prática ética e de direito, possibilita encontrar caminhos para superar a visão de cuidado como assistencialismo.

Akuri, Kohle e Pereira (2020) enfatizam que o cuidar-educar assegura direitos, sendo uma unidade que orienta não somente os cuidados diretamente voltados aos corpos dos bebês, mas todos os ambientes e práticas pedagógicas vivenciadas pelas crianças nas creches.

Compreendemos, então, a unidade cuidar-educar como expressão da garantia dos direitos de todas as crianças, desde bebês, a um ambiente seguro, aconchegante e intencionalmente organizado para que ela se movimente, brinque, explore com progressiva autonomia e tenha contato com a natureza, aprendendo e se desenvolvendo na relação com adultos e outras crianças de diferentes idades, podendo expressar seus sentimentos e desenvolver sua identidade cultural e racial. (Akuri, Kohle e Pereira, 2020, p.182-183)

Nesse sentido, Nascimento, Rodrigues e Silva (2021) também discutem a importância de compreender o educar e cuidar como uma ação conjunta na prática pedagógica, de modo que as/os profissionais possam desenvolver um trabalho verdadeiramente humanizador e garantidor de direitos, que levem em consideração os aspectos fisiológicos, sociais, emocionais e as interações estabelecidas entre as docentes e crianças em todos os momentos do dia:

Na creche, os bebês e crianças pequeninas são sujeitos de uma educação potencialmente humanizadora quando ela contempla as ações indissociáveis de cuidar-educar em todos os momentos do dia, da entrada à saída deles do espaço da creche. Com espaços, materiais, tempos e relações intencionalmente planejados pelas professoras e professores e desenvolvidos com o apoio de outros educadores, o currículo na Educação Infantil pode garantir os direitos fundamentais das crianças e promover a plenitude de sua formação humana desde bebês. (Nascimento, Rodrigues e Silva, 2021, p. 190)

Ao educar e cuidar de modo indissociável, além de assegurar direitos aos bebês, assume-se uma postura ética na relação com esses sujeitos. O estudo das autoras Ciríaco,

Santino e Noronha (2024) reforça essa compreensão, e ao analisarem três documentos que tratam do binômio educar e cuidar, sendo esses o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apontam que houve um avanço significativo e positivo em relação à indissociabilidade do educar e cuidar. Destacam que há um reconhecimento oficial de que o cuidado (alimentação, higiene, sono, vínculo afetivo) não é algo paralelo, mas parte integrante do processo educativo.

A análise do discurso presente nesses documentos revela uma transformação na compreensão da importância do cuidado e da educação como aspectos indissociáveis na Educação Infantil. Há uma transição nítida do foco no cuidado como uma necessidade básica para uma abordagem mais integrada, onde cuidar é também educar. Isso implica a criação de ambientes de aprendizagem que sejam acolhedores, seguros e estimulantes, onde as crianças possam explorar, brincar e interagir, desenvolvendo-se de maneira integral, conforme ressaltado em Campos (1998). (Ciríaco, Santino e Noronha, 2024, p.224).

Ciríaco, Santino e Noronha (2024), refletem que ao analisar a trajetória das políticas educacionais para a primeira infância, é possível localizar as perspectivas sobre a “organização do trabalho docente, a concepção de criança, de desenvolvimento e aprendizagem, bem como a relação entre educar e cuidar e vice-versa.” As autoras lembram que, historicamente, o trabalho docente foi orientado por uma visão de criança passiva e dependente, que contribuía para cultivar nas crianças atitudes de espera e falta de iniciativa. Para Ciríaco, Santino e Noronha (2024, p.224) essa mudança no discurso, reflete uma valorização da primeira infância e também “A integração de cuidado e educação na Educação Infantil, portanto, representa um avanço significativo na forma como a sociedade e o sistema educacional percebem e respondem às necessidades das crianças.”

Mais adiante, ao compararem os documentos, Ciríaco, Santino e Noronha (2024) destacam a relevância do discurso neles presente, pois, essas políticas afirmam os direitos das crianças e reconhecem suas potências e especificidades:

Ao comparar os documentos analisados, evidenciamos que os documentos oficiais como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), desempenham um papel crucial ao estabelecerem parâmetros que orientam a qualidade do cuidado e da educação nas instituições educacionais. Esses documentos oferecem diretrizes específicas sobre a criação de ambientes de aprendizagem seguros, estimulantes e adaptados às necessidades das crianças pequenas. Além disso, destacam a importância do brincar, da exploração e da interação social como elementos essenciais para o desenvolvimento infantil. (Ciríaco, Santino e Noronha, 2024, p.226)

Em suma, podemos asseverar que a discussão proposta por Ciriaco, Santino e Noronha (2024), ancorada nas reflexões de Rosenberg (1994) e Kramer (1999), aponta que a educação de bebês exige uma perspectiva que ultrapasse o atendimento físico e integre, de modo indissociável, cuidado e educação. Essa compreensão amplia o olhar para as interações e para o cotidiano como espaços privilegiados de desenvolvimento integral.

Nessa mesma direção, mas deslocando o foco para a materialidade do ambiente, Akuri, Kohle e Pereira (2020), aprofundam o debate ao demonstrar que a organização dos espaços - internos e externos - também constitui uma expressão concreta dessa indissociabilidade. Ao defenderem ambientes planejados para a exploração segura dos bebês, as autoras reforçam que o cotidiano da creche não deve se orientar por uma lógica conteudista, mas por experiências que articulam cuidado, educação e condições reais de descoberta.

Essa organização envolve a seleção cuidadosa de materiais estruturados ou não (como as sucatas e os tecidos), além de elementos naturais como folhas, água, terra, sementes, frutas, disponibilizados de forma completamente acessível às crianças – pendurados no teto e em varões presos às paredes; colocados em caixas ou cestos feitos de material natural; dispostos em estantes baixas ou organizados de forma atraente pelo chão. [...] Dessa forma, a professora e o professor não ensinam conteúdos na creche nem se ocupam apenas com a higiene e a alimentação das crianças, pois compreendem que aprender não é resultado imediato do processo de ensinar, mas decorre, nos três primeiros anos de vida, das relações humanizadoras estabelecidas entre o adulto e a criança em dois momentos fundamentais da rotina: o da atenção individual de qualidade, sobretudo nos momentos de cuidado, e o da exploração, de forma independente, do espaço organizado com materiais diversos. (Akuri, Kohle e Pereira, 2020, p. 184)

Essa perspectiva encontra ressonância nas análises de Guimarães (2023), acerca da construção da autonomia dos bebês, em espaços intencionalmente organizados para tal. A autora, ao dialogar com as reflexões de Falk (2004), destaca que:

[...] a importância do não intervencionismo nas atividades dos bebês e na garantia de suas conquistas plenas, o que não significa abandoná-los, tendo em vista que a qualidade da observação, trocas de olhares, comentários verbais e compartilhamento de alegrias constituem-se como presença, e contribuem na regulação do movimento dos bebês, confirmando que estão sendo considerados. (Guimarães, 2023, p.9)

Guimarães (2023) também ressalta que ao compreendermos o cuidado como uma relação atencional e dialógica, estamos considerando o cuidado também como direito. Na sequência, a autora dialoga com as contribuições de Kramer et al. (2020) e reflete que “o cuidado pode ser compreendido como ofício, próprio da função exercida no desempenho da

atividade profissional docente com responsabilidade e responsividade, em presença.” Sendo assim, “cuidar é ser presença com os bebês, escutar, observar, agir relacionalmente, o que qualifica as ações educativas.” (Guimarães, 2023, p.6).

A autora enfatiza, que segundo Saddy (2017), a ideia de que o cuidado é um ato técnico do adulto sobre o bebê deve ser superada, pois o cuidado não deve ser caracterizado como individual, mas como uma ação relacional, que envolve e afeta a ambos, adulto e bebê.

Assim, o cuidado coloca-se como atitude conjunta, responsiva, de responsabilidade e resposta do adulto na relação com as crianças, desde os bebês. Ao mesmo tempo, a atenção coloca-se não como atributo individual, mas como ação relacional, afetando o bebê e o adulto, provocando conexão e compreensão mútuas. O cuidado atencional concretiza-se na troca de olhares, sorrisos, nos gestos partilhados, na disponibilidade corporal. (Guimarães, 2023, p. 9)

Portanto, a ação de cuidar, é indissociável do educar, e os documentos e legislações recentes, reafirmam essa concepção. Para Guimarães (2023) o cuidado com intencionalidade educativa, além de direito, é um ato ético, que exige a presença de todas/os as/os profissionais da instituição de Educação Infantil. Ao se fazer presente, compreendemos que o ato de cuidar não se baseia em fragmentos e dicotomias, que supõem uma separação entre educação e cuidado e/ou entre afetividade e educação. Há um provérbio popular africano que diz que é necessário uma aldeia inteira para educar uma criança, acredito fielmente nele, pois, o compromisso de educar e cuidar é uma responsabilidade coletiva, política, ética e social, conforme defende Guimarães (2023):

No passado e no presente, é importante observar o direito à educação pública, ao cuidado como modo relacional atento aos bebês, o que implica promover a profissionalização das professoras também como direito à formação. Neste trabalho, ao refletirem sobre o lugar social das crianças, desde bebês, ao pensarem coletivamente sobre suas funções docentes, as professoras puderam fortalecer a perspectiva ética, sutil e responsável do trabalho pedagógico cotidiano na creche. (Guimarães, 2023, p.14)

Akuri, Kohle e Pereira (2020), afirmam que as/os profissionais da Educação Infantil devem orientar-se pela ideia de que a educação das crianças, desde que elas são bebês, tem um papel humanizante e defendem a importância dessas/es profissionais se apropriarem de conhecimentos teórico-científicos sobre como bebês e crianças se desenvolvem. Para que isso se concretize, se faz necessário, segundo as/os autores, formações continuadas que permitam estudos e reflexões coletivas, em articulação com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de Educação Infantil.

4.2 EDUCAÇÃO E CUIDADO DE BEBÊS: MARCAS DE DESIGUALDADES HISTÓRICAS, RELAÇÕES DE PODER E ATRAVESSAMENTOS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

O cuidado na Educação Infantil tem sido compreendido como uma dimensão essencial do trabalho docente, que envolve acolhimento, organização intencional dos espaços e atenção às formas de expressão dos bebês. Os trabalhos de Akuri, Kohle e Pereira (2020); Arrosi, Ferrari e Silva (2022); Guimarães (2023) e Duque e Moreira (2020) contribuem com essa perspectiva, além de refletirem sobre as marcas de desigualdades históricas, hierarquização do cuidado e os atravessamentos étnicos-raciais e de gênero que implicam na prática docente.

O cuidado, segundo Akuri, Kohle e Pereira (2020), se materializa nas relações diárias de acolhimento, respeito e atenção a aquilo que os bebês querem comunicar, assim como na organização dos espaços, tempos e relações, que são eixos estruturantes da educação infantil, pensados e organizados intencionalmente pelas professoras e professores e desenvolvidos, muitas vezes, na companhia das profissionais auxiliares.

Nessa perspectiva, Guimarães (2023) reflete sobre a intencionalidade pedagógica como sendo uma ação que se expressa nas atitudes indiretas das/dos professoras/es, na forma de organização dos espaços, na observação ativa, no agir e criar contextos a partir da atenção aos movimentos dos bebês, desse modo as professoras estariam construindo um “caminho pedagógico mais centrado no acompanhamento destes movimentos do que na previsão de seus resultados ou performances.” (Guimarães, 2023, p.12). Mais adiante, em diálogo com as contribuições de Fortunati (2009), a autora afirma a importância de organizar os espaços, tempos e materiais previamente, intencionalmente e que sejam alterados continuamente. Ao fazer tais movimentos, se faz possível ampliar as oportunidades de aprendizagem e interações das crianças entre si, delas com o ambiente e com a cultura.

O trabalho de Arrosi, Ferrari e Silva (2022) apresenta reflexões importantes sobre as barreiras que dificultam a transmissão do cuidado⁹. A questão de dar colo, foi um dos temas divergentes entre o saber das pesquisadoras e das educadoras. Para as pesquisadoras, a creche deve ser um espaço de acolhimento e aconchego, especialmente, quando se trata de bebês matriculados no berçário I, agrupamento no qual foi realizada a pesquisa. Para as autoras, se faz necessário a transição de um colo sempre disponível (no contexto familiar) e que também

⁹ As autoras refletem a partir da conceituação de experiência de Benjamin e do tempo de produção mecanizado descrito por Kehl (2015), que as tarefas rotineiras, o tempo cronometrado, o ideal de produção e a necessidade de dar conta de todas as atividades podem ser lidos, portanto, como empecilhos para a composição de experiências e, consequentemente, para suas possibilidades de transmissão. (Arrosi, Ferrari e Silva, 2022, p.15)

sejam criadas condições para a criança realizar explorações por si própria. Já as educadoras da turma, interpretavam os pedidos de colo feitos pelos bebês através do choro, como sendo apenas “manha”.

Quando entramos, William começou a chorar, e as educadoras disseram que era manha, que ele sempre faz isso quando alguma pessoa diferente entra na sala. Disseram também que na casa dele o piso é de chão batido, por isso ele fica sempre no colo. Pensei: então não é por manha, ele apenas não está acostumado a ficar no chão, e essa transição não precisa ser radical. Parece que elas agem como se o pecado capital do bebê fosse querer colo, como se fosse um abuso por parte dele ao adulto. (Diário clínico). (Arrosi, Ferrari e Silva, 2022, p.8)

A partir do relato dessa professora, as autoras refletem sobre a dificuldade da professora disponibilizar-se corporalmente aos bebês: “acreditamos não se tratar apenas de não querer pegar os bebês no colo, mas sim de inscrições subjetivas que acabam por impossibilitar às educadoras autorizarem-se a um cuidado que passa, predominantemente, pela via do corpo.” (Arrosi, Ferrari e Silva, 2022, p. 8-9). Em seguida, as autoras articulam essa análise com as contribuições de Segato (2006) ao discutir a maternidade transferida em Costa (2002), Gonzalez (1984) ao refletir sobre o papel da mãe preta no período de escravização e Kilomba (2019) ao afirmar que durante o colonialismo os corpos das mulheres serviam de mamadouros de crianças brancas e reforçam que: “São inúmeras as marcas e inscrições psíquicas que o negro no Brasil carrega em decorrência do processo de escravização e de suas consequências socioculturais.” (Arrosi, Ferrari e Silva, 2022, p.10). Essas reflexões nos ajudam a compreender como a dificuldade em oferecer um cuidado corporal, é atravessada por marcas históricas, étnico-raciais e de gênero que marcam o ato de cuidar na Educação Infantil.

É possível conjecturar, considerando o lugar de desvalorização ocupado por aquelas para quem o cuidado é transferido, acerca de uma transposição do lugar da babá para o lugar da educadora infantil. Conforme o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2019, 97% dos docentes que atuavam na Educação Infantil em 2018 eram mulheres; no ensino fundamental, 89% (anos iniciais) e 68% (anos finais); e, no ensino médio, 59% (ANUÁRIO, 2019). Esses dados evidenciam que, quanto mais elementar a etapa de ensino, maior é a presença feminina na composição do corpo docente. (Arrosi, Ferrari e Silva, 2022, p.10).

Os dados acima, trazidos pelas autoras, só reforçam o forte atravessamento de gênero na Educação Infantil, onde, a identidade profissional nessa etapa, é formada por um número superior de mulheres. Nesse sentido, as autoras destacam os estudos de Silva (2006), onde o autor aprofunda essa compreensão, ao afirmar que os papéis sociais desempenhados por

mulheres no âmbito privado e familiar “resulta numa profissão feminizada/sexualizada, de pouco valor social e econômico, definida pela ‘vocação natural’ que as mulheres possuem de educar e cuidar das crianças, e que, portanto, não requer valorização, tampouco organização política” (Silva, 2006, p. 22 apud Arrosi, Ferrari e Silva, 2022, p.10).

Dessa forma, a dificuldade de entrega corporal da parte dessas profissionais, é compreendida pelas pesquisadoras, como esgotamento físico e emocional, causados pela sobrecarga exigidas em suas funções, juntamente com o apagamento da importância de suas funções. Arrosi, Ferrari e Silva (2022), propõem que reconhecer essas docentes, em suas funções seja uma forma de cuidado, da qual, ao serem cuidadas, elas se sintam igualmente mobilizadas ao cuidado das crianças. Como elas mesmas apontam, a partir das contribuições de Figueiredo (2009) “Para que seja possível cuidar de outro ser é necessário a introjeção das funções cuidadoras naquele que exerce tal função. Essa introjeção se dá a partir das experiências daquele que agora cuida, e que outrora foi também objeto de cuidado.” (Arrosi, Ferrari e Silva, 2022, p.14).

Na pesquisa, realizada por Guimarães (2023), encontramos depoimentos de professoras acerca de suas vivências que levaram a autora a analisar como a docência com bebês, marcada por dimensões do cuidado corporal e afetivo, é frequentemente deslocada para o campo do doméstico, principalmente, quando exercida por mulheres negras.

Uma questão destacou-se fortemente no trecho transcrito acima quando as professoras apontavam o modo pelo qual eram percebidas pelas mães. Diziam “elas eram super exigentes, como se nós fôssemos empregadas delas”. Essa perspectiva coaduna com uma profissão construída no feminino, ocupada, muitas vezes, por mulheres negras, historicamente relacionadas com o colonialismo, a subalternidade. Quando eram reconhecidas e se sentiam “como empregadas” das mães na creche, estava em jogo o lugar doméstico para onde muitas vezes é deslocada a docência na educação dos bebês, principalmente em contexto de pobreza e quando as professoras são pretas. Vale sublinhar que os modelos domésticos de educação das crianças pequenas em contextos de pobreza e desigualdade social aproximam-se dos modelos coloniais, autoritários e antidemocráticos, ensejando resistência e luta. (Guimarães, 2023, p.10)

As experiências relatadas pelas professoras da pesquisa de Guimarães (2023), torna evidente os atravessamentos étnicos-raciais e de gênero em suas práticas docentes. A autora destaca que as mães pretas e brancas, ao tomarem atitudes racistas em relação às professoras pretas, reiteram lugares sociais de opressão e em seguida apresenta a concepção de hooks (2017), que educar é um ato de transgressão a uma estrutura que oprime alguns corpos e reforça a dominação. Dessa forma, o espaço da Educação Infantil, é também um território potente para a construção de práticas antirracistas.

Essas questões ganham especial contorno nas narrativas das professoras que compõem esta pesquisa. Narrar suas experiências coloca-se como forma de estranhar práticas racistas, ainda que não as denominem desta maneira; e a educação dos bebês e das crianças pequenas no contexto público e coletivo oportuniza espaços de liberdade, de fazer a história de uma nova maneira. (Guimarães, 2023, p.10)

As contribuições de Duque e Moreira (2020) a partir da análise de produções da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias (Grupec) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), evidenciam que as atividades relacionadas ao cuidado, como a troca de fraldas e alimentação dos bebês é desvalorizada e acaba sendo hierarquizada, pois, segundo as autoras, as relações de poder, nas quais, professoras/es com mais escolaridade são responsáveis pela educação e as/os profissionais com menos escolaridade são responsáveis pelo cuidado. “No interior dessas funções estão presentes relações de poder que passam pelas questões de gênero e da matriz sócio-histórica. O cuidado está circunscrito às questões culturais, dependendo do contexto e dos costumes.” (Duque e Moreira, 2020, p.14).

Há necessidade de os/as professores/professoras compreenderem que a Educação Infantil abrange a dimensão cuidar-educar, como aspectos indissociáveis da prática docente, e não o somatório de duas funções, em que uma acontece em um determinado tempo/espço e a outra noutro. No campo teórico e na legislação, a segmentação entre o cuidado-educação parece estar superada. No entanto, as pesquisas apresentadas aqui demonstram que na prática ainda existe uma separação hierárquica entre as duas funções.” (Duque e Moreira, 2020, p.14)

Discutir a educação e cuidado de bebês, é reconhecer que se faz necessário enfrentar as desigualdades históricas e as relações de poder, étnico-raciais e de gênero, que atravessam, de forma evidente, as relações de cuidado na educação infantil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises, realizadas a partir de leituras atentas e reflexões críticas, me permitiram compreender que a educação de bebês na educação infantil, articula dimensões éticas, sociais, culturais, políticas e históricas. As/os autoras/es e documentos oficiais afirmam que as ações de educar e cuidar não podem ser compreendidas como dicotômicas, separada mas sim como ações indissociáveis, em que os bebês precisam ser reconhecidos como sujeitos de direitos, potentes e capazes de se relacionar, explorar, comunicar e aprender desde seu nascimento.

As pesquisas de Guimarães (2023) e de Arrosi, Ferrari e Silva (2022) trazem contribuições significativas ao evidenciarem, por meio de observações, os modos de relação entre professora e bebês. Esses estudos possibilitam compreender a complexidade das

interações que sustentam o cuidado e educação, revelando que os bebês produzem sentidos, propõem iniciativas, comunicam desejos nos seus próprios modos e isso requer uma docente atenta e sensível.

Os estudos analisados, conforme ressaltado anteriormente, demonstram que a unidade entre cuidado e educação é reafirmada nas legislações e políticas educacionais mais recentes, ou seja, houve um avanço significativo na compreensão de que o cuidado, que era frequentemente associado à higiene, alimentação e sono, hoje é considerado parte integrante do processo educativo, principalmente quando compreendido como uma relação de presença, responsividade e afetividade. Assim, a prática pedagógica com bebês exige intencionalidade, organização cuidadosa dos espaços, observação atenta e planejamento que possibilite a autonomia, o brincar, o contato com a natureza e experiências significativas para os bebês.

Porém, por mais que a legislação e o campo teórico apontem para a superação da dicotomia entre cuidado e educação, as práticas cotidianas ainda revelam as marcas históricas no processo de formação da educação infantil. As pesquisas analisadas, evidenciam que as práticas de cuidado e educação são atravessadas por desigualdades históricas, dimensões étnico-raciais, de gênero e de classe, que historicamente marcam e desvalorizam o trabalho docente realizado por mulheres, e principalmente o trabalho de mulheres negras. Os estudos mostram que a dificuldade de oferecer colo, aconchego e presença corporal aos bebês não pode ser compreendido apenas como um problema de cansaço e sobrecarga física e mental, mas também como práticas sociais/culturais marcadas por estereótipos e desigualdades que atribuem ao cuidado um lugar desprivilegiado e pouco reconhecido.

Esses atravessamentos reforçam a necessidade de compreender que a docência com bebês é um trabalho extremamente complexo, que demanda formação continuada, condições adequadas de trabalho, reconhecimento profissional e espaços coletivos de reflexão. Como apontam Arrosi, Ferrari e Silva (2022): quem cuida de quem cuida? Educar e cuidar é um ato ético que requer disponibilidade afetiva, atenção e presença. Para que isso se concretize, é necessário olhar para quem são esses profissionais da educação infantil, escutá-las/os e cuidá-los.

As produções teóricas analisadas, também evidenciaram que a Educação Infantil, quando concebida como espaço público e coletivo, pode se tornar território de resistência e produção de práticas antirracistas, como defende bell hooks (2017). Nos artigos foi possível perceber que, ao narrar suas experiências, as professoras revelam que sofreram racismo, tensões com famílias e desigualdades estruturalmente reproduzidas no cotidiano da creche.

Essas experiências reforçam que pensar o cuidado com bebês implica enfrentar, diariamente, os efeitos persistentes do racismo, do sexismo e das hierarquias sociais.

Assim, refletir sobre a dimensão do ato de educar e cuidar é um compromisso coletivo, ético e social que exige políticas públicas, formação crítica e reflexões com as/os profissionais da educação infantil, condições de trabalho que permitam exercer a docência com dignidade e a necessidade de estudos que se empenhem em compreender os modos singulares dos bebês se expressarem e se relacionarem.

REFERÊNCIAS

AKURI, Juliana Guimarães Marcelino; KOHLE, Erika Christina; PEREIRA, Marcelo Campos. Cuidado e educação dos bebês e crianças pequeninas: um olhar por dentro da creche. **Revista de Educação Popular**, v. 19, n. 3, p. 171-192, 2020.

ARROSI, KellenEvaldt; FERRARI, Andrea Gabriela; SILVA, Milena da Rosa. Mulheres, mães, educadoras: notas sobre (im) possibilidades na transmissão do cuidado. **Educação UFSM**, v. 47, 2022.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; DELGADO, Ana Claudia Ramos (orgs.). **A BNCC na Educação Infantil: tensões, desafios e possibilidades**. Porto Alegre: Penso, 2020.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica – MEC/SEESP, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BUSS-SIMÃO, Márcia; ROCHA, Eloisa Acires Candal; GONÇALVES, Fernanda. Percursos e tendências da produção científica sobre crianças de 0 a 3 anos na Anped. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, p. 96-111, 2015.

CHAPECÓ (Município). Secretária de Educação. **Currículo Base da Educação Infantil Municipal de Chapecó**. Chapecó: Secretária de Educação, 2019.

CHAPECÓ (Município). Secretária de Educação. **Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Chapecó**. Chapecó: Secretária de Educação, 2025.

CIRÍACO, Klinger Teodoro; SANTINO, Fernando Schlindwein; DE FREITAS NORONHA, Isabella. Análise do discurso de documentos oficiais sobre educação de bebês e crianças bem pequenas. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 11, n. 28, p.

214-234, 2024.

COUTINHO, Angela Maria Scalabrin; SCHMITT, Rosinete Valdeci. A pesquisa com/sobre bebês no NUPEIN: análise da trajetória. **Zero-a-Seis**, v. 23, n. 44, p. 1474-1499, 2021.

DE OLIVEIRA, Raiza Fernandes Bessa; NONO, Maévi Anabel. EDUCAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS COM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA (2013–2017). **Revista Ciranda**, v. 5, n. 1, p. 39-56, 2021.

NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do; RODRIGUES, Claudia Meire; SILVA, Dilma Antunes. Docência na creche: contradições e enfrentamentos. **Periferia**, v. 13, n. 3, p. 96-121, 2021.

DUQUE, Letícia de Souza; MOREIRA, Ana Rosa Costa Picanço. Cuidar-educar na creche: Itinerários pelos trabalhos da Anped, Grupec e BDTD. **Educação**, v. 43, n. 3, 2020.

FALK, Judit. **Educar os três primeiros anos: a experiência Pikler-Lóczy**. Tradução de Suely Amaral Mello. 3. ed. São Paulo: Omnisciência, 2021.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Diretrizes curriculares nacionais e a educação infantil: a construção de um campo político-pedagógico**. Cadernos Cedes, v. 32, n. 86, p. 323–341, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. **BNCC, avaliações e controle do trabalho docente**. Revista Educação em Questão, v. 57, n. 52, p. 1–22, 2019.

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre bebês e adultos na creche: o cuidado como ética**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, Daniela. O cuidado como direito público: desafios da docência na creche. **Linhas Críticas**, v. 29, 2023.

GOBBATO, Carolina; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A (dupla) invisibilidade dos bebês e das crianças bem pequenas na educação infantil: tão perto, tão longe. **Humanidades & Inovação**, v. 4, n. 1, 2017.

HEVESI, Katalin. **Relação através da linguagem entre a educadora e as crianças do grupo**. In: FALK, Judit. **Educar os três primeiros anos: a experiência Pikler-Lóczy**. Tradução de Suely Amaral Mello. 3. ed. São Paulo: Omnisciência, 2021.

HEVESI, Katalin. **A participação da criança no cuidado de seu corpo**. In: FALK, Judit. **Educar os três primeiros anos: a experiência Pikler-Lóczy**. Tradução de Suely Amaral Mello. 3. ed. São Paulo: Omnisciência, 2021.

hooks, bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, p. 590-621, 2022.

KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade: desafios da Base Nacional Comum Curricular.** In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira; SANTOS, I. (orgs.). *Infâncias e escolas: políticas, práticas e narrativas.* Porto Alegre: Penso, 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Revista Katálysis, v. 10, n. esp., p. 37–45, jul. 2007.

MAINARDES, Jefferson. **Reflexões sobre a BNCC na educação infantil e anos iniciais.** Revista Retratos da Escola, v. 12, n. 23, p. 187–205, 2018.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira: século XX.** Revista USP, São Paulo, n. 37, p. 46–57, mar./maio 1998.

ROCHA, Eloisa Acires Candal; GONÇALVES, Fernanda. A produção científica sobre a educação de bebês e crianças pequenas no contexto coletivo da creche. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 9, n. 15, p. 44-62, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia et al. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades-CEERT, p. 11-46, 2012.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** Porto Alegre: Sulina, 1986.

SEGATO, Rita Laura. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. **Série Antropologia**, Brasília, n. 400, 2006.

SILVA, Elenice de Brito Teixeira; NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. Os estudos sobre a educação de bebês no Brasil. **Educação Unisinos**, 2020.

SILVA, Hugo Leonardo Fonseca da. **As trabalhadoras da educação infantil e a construção de uma identidade política.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, 2006.

SILVA, José Ricardo; SOUZA, Regina Aparecida Marques de; MELLO, Suely Amaral; LIMA, Vanilda Gonçalves de (Orgs.). **Educação de bebês: educar e cuidar para o desenvolvimento humano.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

TRISTÃO, Fernanda Carolina Dias. **Ser professora de bebês: uma profissão marcada pela sutileza.** Zero-a-Seis, São Carlos, v. 6, n. 9, p. 1–14, jan./jun. 2004.